



ATA DA 69ª (SEXAGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 16 (dezesesseis) do mês de junho de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 69ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 9h00 às 12h00 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

3 - Assuntos:

3.1 – Planejamento e aprovação das Atas do CAE

Documentos disponibilizados:

- Minutas das atas das reuniões anteriores.

O CAE discutiu a questão operacional das Atas, que estão no controle e aprovadas para assinatura. Foi solicitado a verificação da possibilidade da assinatura por meio digital das Atas e Declarações Horas.

Adicionalmente, foi cogitado o retorno das reuniões presenciais em setembro/2021, a ser definido oportunamente, considerando também a disponibilidade das áreas internas da companhia, parcialmente também em trabalho remoto.

3. 2 LGPD – cronograma detalhado e atualizado para adequação

- **Olívia Shibata Nishiyama (DPO)**
- **Sérgio de Carvalho Junior (GRI)**

Documento disponibilizado:

- LGPD CAE Junho

A Sra. Olívia Shibata Nishiyama, Encarregada de Dados fez uma apresentação sobre o tema, disponibilizando um cronograma da adequação da CPTM à LGPD. O CAE manifestou preocupação em relação ao prazo de adequação à norma e as possíveis consequências do descumprimento para a CPTM (pecuniárias e de imagem). A sra. Olívia explanou que, a princípio, a multa pecuniária disposta na Lei não está prevista para o setor público, mas existem outros riscos de sanção. Em relação aos dados sensíveis em poder de terceiros, por exemplo, PRODESP e empresas de segurança, o CAE

questionou como a questão está sendo abordada na CPTM. A Sra. Olívia explicou que mantém reuniões para o esclarecimento do funcionamento prático da lei, a importância do monitoramento de riscos, e a necessidade de adequação de todos a mesma, uma vez que são corresponsáveis pelos dados. A Sra. Olívia informou que utilizou como base para comparação um estudo acadêmico da LGPD focado em empresas privadas, correlacionando as medidas de implantação em curso na CPTM, com itens de adequação mencionados nos resultados da pesquisa. Mencionou, dentre as etapas previstas, *kickoff* do projeto, identificação de atividades, elaboração e publicação da norma, indicação do encarregado, tratamento para organização lançado em 19/05/2021, e minimização de dados e documentos, (entrevistas, mapeamentos, revisão de informações excessivas, entre outros).

O CAE ponderou que os percentuais da pesquisa apresentada sugerem um descritivo em andamento, dando uma impressão de que a implantação ainda não foi realizada. Observou, ainda, que os últimos tópicos da pesquisa talvez não caibam para a empresa pública por retratarem o enfoque das empresas privadas. e que a área pública deverá conciliar a LGPD com a Lei de Transparência de acesso aos dados. A Sra. Olívia salientou que há evolução nos processos de implantação da LGPD em andamento e se compromete a substituir os percentuais elencados na apresentação por descritivos, para melhor ilustrar a evolução da implantação da lei na CPTM.

O CAE solicitou que a Sra. Olívia explicasse o que foi efetivamente desenvolvido na implantação da LGPD na Companhia. A Sra. Olívia afirmou que os avanços acontecem, que há acompanhamento, mapeamento e que a conclusão do cronograma é dificultada, há processos a serem migrados. Ressaltou também, que a lei não é proibitiva, de modo que os princípios da lei devem ser absorvidos pelas áreas. Mencionou a condução de entrevistas, três por área, por meio de formulários para que os conceitos sejam assimilados, com a realização posterior de uma reunião geral para o alinhamento da conduta na aplicação dos princípios. Esclareceu que as entrevistas evidenciam os processos nas áreas mapeadas. Narrou, ainda, que, até maio de 2021, foram mapeados 22 (vinte e dois) processos, que, em junho, o cronograma prevê 20 (vinte), em julho serão 16 (dezesesseis) e que, para o mês de agosto, há expectativa de avanços mais céleres. Informou, ainda, que não serão mapeados todos os processos.

O CAE externou preocupação com a efetiva implantação da Lei, quer compreender quais etapas estão cumpridas no plano e cronograma de trabalho de implantação. Foram questionadas as estratégias, uma eventual correlação com o desempenho de outras empresas públicas do Estado de São Paulo na implantação da Lei e se ocorreram reuniões para comparativo de planos de trabalho correlatos. A Sra. Olívia explicou brevemente as etapas, cronogramas, responsabilidades no processo de implantação, bem como a avaliação dos riscos. Esclareceu que para que se demonstre uma visão do conjunto do trabalho já realizado, se faz necessário o encerramento da primeira etapa, somente assim, será possível uma análise clara do panorama geral. Seguiu explicando que os diálogos com o Metrô acontecem, que a Microsoft está no projeto, e, analisando os contatos, trocas e comparativo com outras empresas públicas, pode afirmar que a CPTM se encontra num grau avançado na implantação e aderência à LGPD. Citou como exemplos a EMTU, que ainda não tem um encarregado de dados definido, e a STM, que solicitou apresentações da CPTM quanto a matéria. Relatou, ainda que: i. há um processo de conscientização já em curso na CPTM, onde são na prática inseridos os conceitos existentes nas fases do cronograma, tratamento e mapeamento dos dados; ii. foram programados treinamentos e eventos para conscientização sobre a LGPD, destacando o próximo "Talk Show" "Nos trilhos" que ocorrerá no dia 18/6, contando com os convidados Aloísio Nunes Ferreira e Fabrício Matos Alves, autoridades na matéria, que explanarão sobre o tema; iii. todas as áreas da empresa estão se empenhando na

EZ.

aderência e implantação da lei e; iv. a Dra. Ana Carolina do Jurídico participa direta, e ativamente, realizando treinamentos específicos.

O CAE manifesta sua preocupação com eventual exposição da empresa por violação da Lei e reitera a necessidade de detalhar claramente o cronograma de adequação e a etapa de implantação em que a CPTM se encontra. A Sra. Olivia disse compreender os receios do CAE e os riscos, mas reitera que necessita dos processos e averiguação de onde não estão sendo cumpridos a contento, de acordo com a lei para conseguir a plena implantação. Revelou que existem vinte formas de acessar dados, com menção ao consentimento inequívoco, específico para a finalidade de tratamento, e pondera que os detalhes demonstram se estamos adequando e aplicando os princípios da Lei.

O CAE pergunta quem são os coordenadores na implantação da LGPD, ao que a Sra. Olivia responde que ela e o Sr. Sérgio de Carvalho Junior são os coordenadores.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE parabenizou a Sra. Olivia pelo comprometimento e dedicação ao projeto de adequação da Companhia às diretrizes da LGPD. O CAE manifestou preocupação em relação ao cronograma e à efetividade do plano apresentado para a implantação da LGPD, temendo os riscos que a empresa de imagem e pecuniários para a CPTM. Solicita, nesse sentido, a apresentação de plano de ação e cronograma detalhados para aderência às diretrizes da LGPD, bem como, claro mapeamento de risco. Consignou que o papel dos coordenadores é de controlar o processo para que a Companhia implante efetivamente o plano de ação, e que gostariam de rever as etapas e cumprimento do plano.

Em síntese, o CAE recomendou: i. um olhar global da Companhia para que se evidenciem quais recursos são necessários ao cumprimento da lei; ii. a discussão com grupos de trabalhos para que se estabeleça com nitidez a responsabilidade de cada área; iii. o mapeamento claro dos riscos; iv. o detalhamento do plano de ação e cronograma, evidenciando a etapa em que a Companhia se encontra e seus esforços para total aderência às diretrizes; v. participação ativa do RH e do jurídico na elaboração do plano de ação; iv. atenção especial para a adequação dos contratos com terceiros, contratos em andamento e novos contratos, assegurando sua responsabilidade sobre os dados sensíveis e; vi. compartilhamento das entrevistas e conclusões dos grupos de trabalho com outras áreas.

Por fim, o CAE solicitou o encaminhamento do link para acompanhar o “talk show” mencionado pela Sra. Olivia.

3.3 - Gerência de Conformidade, Controles Internos e Riscos

- Sérgio de Carvalho Junior

- Monitoramento dos processos de conformidade com leis e regulamentos e endereçamento das recomendações das auditorias (por exemplo, como aborda a carta de controles internos emitida pela auditoria independente, na relação com a DRAU e as áreas específicas apontadas);
- Cronograma detalhado e atualizado do mapeamento dos processos e da matriz de risco;
- Descrição do processo interno da CPTM para monitorar e controlar as transações com as Partes Relacionadas e sua conformidade com as normas vigentes e;
- Apresentação dos últimos Relatórios da Companhia ao TCE, ALESP e Secretaria “Fazenda- DCA”, para identificação do processo adotado na CPTM.

Documentos disponibilizados:

- Conformidade legal e normas CAE 69ª Reunião v2
- Controles Internos no SGR CAE 69ª Reunião

- Gestão de Riscos CAE 69ª Reunião
- Riscos Empresariais CAE 69ª Reunião

O Sr. Sérgio de Carvalho Junior, em síntese, informou que: i. o processo foi iniciado em 2020, no total foram mapeados 379 processos e localizados 3274 pontos de riscos que abrangeram todas as Diretorias, tendo apresentado riscos maiores a Diretoria de Operações, a Diretoria Financeira e a Presidência; ii. os pontos críticos foram separados por gerências, agrupados e identificados; iii. não havia o senso do risco incutido nos procedimentos empresariais, cabendo a cada gestor a responsabilidade por eventuais riscos de seus processos na sua área; iv. a GRI tem um relacionamento estruturado com a Auditoria interna; v. há vinte e seis gerências e os planos de ação dos processos são discutidos com todas elas e; vi. há um sistema para tratar de forma automatizada o processo, o sub processo, o mapa de calor e possibilidades de impacto.

Em relação ao cronograma para finalização da primeira Matriz de Riscos, o Sr. Sérgio disse que a meta é concluir e apresentar até 30/07/2021 e apresentar à Diretoria da Companhia. Em relação ao sistema (SGR) que suportará a matriz informou que foi desenvolvido integralmente na CPTM.

O CAE pediu maior detalhamento sobre o funcionamento do SGR, previsão de lançamento e como se dará sua integração com a matriz de riscos. O Sr. Sergio respondeu que o sistema incorporará automaticamente a matriz de riscos a partir de 30/07/2021.

O CAE mencionou que gostaria de um cronograma geral, com descrição das etapas e conclusão, visto que não conseguiu visualizar o que foi executado até o momento e dimensionar o que falta para concluir a matriz de risco na data prevista. Em relação ao “apetite ao risco”, o CAE entende que não é o processo que fornece o calor, mas sim os gestores; destacando que no caso da CPTM, diferente de uma empresa privada, a matriz e o apetite a riscos precisam ser validados pelo Estado.

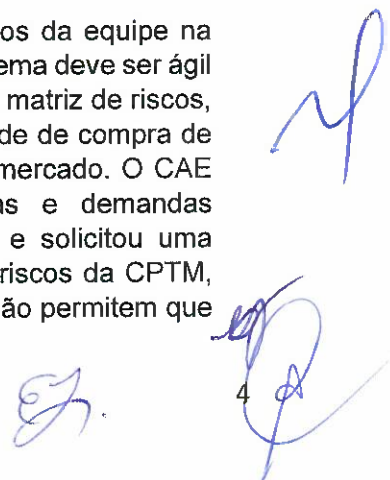
Sobre as entrevistas com os Diretores, informou que, conforme sugestão do CAE, incluiu questionamentos sobre quais pontos suscitam maiores preocupações, “o que lhes tira o sono”, informando que o processo foi conduzido para identificar riscos e prováveis impactos.

No que concerne à Carta de Controles Internos, emitida pela empresa de auditoria independente (Russell), o CAE questionou se já houve análise pela GRI e quais suas considerações sobre os itens apontados (concordância ou divergência) e como os apontamentos serão endereçados junto às áreas responsáveis. O Sr. Sergio informou que depende de outras áreas para apresentar o trabalho solicitado.

O CAE reforçou que os controles internos estão sob a responsabilidade da GRI e que são muito relevantes para a Companhia, de modo que as recomendações precisam ser analisadas, os planos de ação validados e monitorados junto às áreas. Solicitou o encaminhamento destas informações, via portal ou e-mail, recomendando não esperar a próxima reunião para disponibilizar as informações solicitadas.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradeceu a apresentação do Sr. Sérgio e elogiou os esforços da equipe na construção de um SGR próprio. Manteve a recomendação de que o sistema deve ser ágil e robusto para permitir o acompanhamento apropriado e tempestivo da matriz de riscos, de modo que sugere que, caso necessário, seja avaliada a possibilidade de compra de softwares/sistemas específicos para gestão de riscos disponíveis no mercado. O CAE entendeu que os assuntos abrangidos têm apresentado dúvidas e demandas recorrentes, conforme demonstram as atas de reuniões anteriores, e solicitou uma posição efetiva, um plano detalhado para monitoração da política de riscos da CPTM, com posição e data de entrega. Os materiais apresentados pela área não permitem que



o CAE avalie em que ponto de evolução se encontra a implantação da Matriz de Risco na empresa, identifique eventuais problemas, bem como os pontos e áreas que necessitam de maior atenção. Reiterou, ainda, o CAE, que sejam apresentados, com a maior brevidade possível: i. os procedimentos internos para controle e monitoramento de transações com partes relacionadas e; ii. a análise do GRI sobre a Carta de Controles Internos emitida pela auditoria independente (Russell) e como será endereçada internamente pelo GRI junto às áreas apontadas.

3.4 – Monitoramento da implantação das Políticas – Atualização anual

3.4.1 Política da segurança da Informação

- Nilson Roberto dos Santos – GFI
- Carlos Alberto Tubertini – Ass. GFI.

Documentos disponibilizados:

- CAE 2021

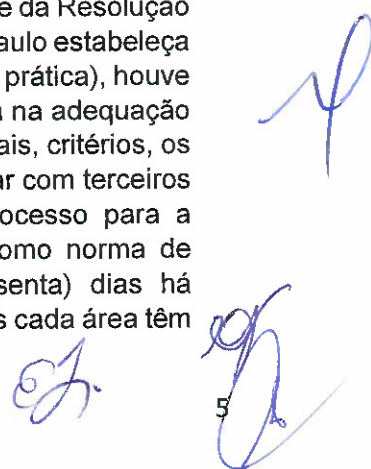
O Sr. Nilson fez as apresentações iniciais.

O CAE indagou ao Sr. Nilson e ao Sr. Tubertini a respeito da política de implantação da LGPD até agosto. O Sr. Nilson informou que a TI é uma unidade independente e o Sr. Tubertini participa dos grupos de segurança da informação e LGPD. Há metas estratégicas mencionadas e foram criadas ações e sub ações necessárias que foram apresentadas a Assessoria de Assuntos Estratégicos – ARE, e, em julho deverão estar disponíveis/implantadas.

O CAE perguntou quem é o gestor responsável pela implantação da lei, se há um plano, alinhado com o CODEC (Governo de São Paulo), o que compete a cada área e quem é o Presidente do Comitê permanente. O Sr. Tubertini apontou a Sra. Olívia Shibata Nishiyama como Presidente do Comitê, expondo que as atividades e tarefas são múltiplas e que abrangem todas as áreas. Explicou que a implantação se dará com uma série de providências e determinações em andamento, sendo ele o responsável pela parte que abrange a TI. A Sra. Olívia detém e executa uma série de atividades, pesquisas, entrevistas, grupos de estudo, implantação e difusão da Lei, e o Sr. Sérgio participa dessas interações para conscientização da empresa como um todo. Continuou explicando que há alinhamento com os outros órgãos, que o processo na TI, encontra-se em fase de levantamento dos dados: fornecedores, passageiros, a abrangência dos dados, receitas não tarifárias, o idoso, entre outros.

O CAE indagou se o Sr. Tubertini tem um plano de trabalho elaborado por escrito e solicita envio do material para análise, uma vez que o CAE precisa ter segurança na implantação do Plano. O Sr. Tubertini explicou e apresentou a meta 3.3.17 planificada e se comprometeu a enviar o restante do material.

Adicionalmente, sobre a LGPD, o Sr. Tubertini informou que: i. i. em virtude da Resolução de 02/09/2020 que determina que o Comitê de Dados do Estado de São Paulo estabeleça as diretrizes da implantação (embora não haja ainda nada de concreto na prática), houve veto à contratação de uma consultoria externa para auxiliar a Companhia na adequação à LGPD; ii. as políticas implementadoras, que estabelecem diretrizes gerais, critérios, os equipamentos padrão, sua monitoração, laboratórios, software, como lidar com terceiros sempre estiveram em consonância com a GRI, que monitorou o processo para a elaboração das mesmas, utilizando o Active Directory da Microsoft como norma de segurança (usuários / senhas); iii. para terceiros, a cada 60 (sessenta) dias há informações sobre o controle; iv. a GFI é a depositária da informação, mas cada área tem



um gestor responsável pela consulta da informação; v. a Intranet apresenta facilitadores das publicações, porém cada área gestora tem responsabilidade de cuidar dos conteúdos postados.

O CAE reforçou a importância de integração das áreas para implementação das diretrizes de adequação da LGPD na Companhia e sua preocupação com o atendimento do prazo legal, evitando eventuais sanções para a Companhia.

O CAE perguntou sobre os riscos cibernéticos e como a CPTM lida com eles. O Sr. Tubertini relatou que está desde 2003 na Companhia e relata que nunca houve uma invasão do sistema, considera a segurança como um todo eficaz, contando com uma equipe interna para evitar ataques cibernéticos, invasões, hackers e para responder a incidentes. Ante o questionamento do CAE sobre a equipe própria e terceirizados, o Sr. Tubertini explicou que a TI conta com 33 funcionários, que trabalham em conformidade com a ISO 27001 (monitoramento de SI 24x7) e que alguns serviços são prestados pela PRODESP.

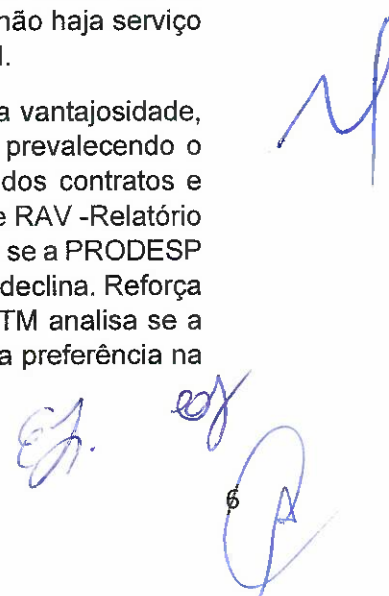
O CAE perguntou sobre as condições do contrato com a PRODESP, em especial, se o preço e qualidade são compatíveis com o mercado. O Sr. Nilson explicou que a PRODESP é a gestora do Projeto INTRAGOV, uma rede do governo. Nele é oferecido um contrato de adesão com valores baixos dada a capacidade de poder de compra do Estado, com 12 (doze) meses de vigência do contrato, podendo se estender por até 60 (sessenta) meses. Para demonstrar o quão vantajoso é o preço, ilustra que do contrato anterior para o atual vigente, houve queda de 50% no valor pago. Informou, ainda, que a INTRAGOV permite utilização de voz, o que evita que CPTM use telefonia convencional, o que representa considerável economia de gastos.

O CAE indagou o valor do orçamento da unidade de TI e o quanto se paga mensalmente à PRODESP. Em relação ao orçamento, Sr. Tubertini esclareceu que é de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), sendo o investimento total, com inclusão do pessoal no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), estando a folha de pagamentos sob o encargo dos Recursos Humanos. Explicou que há variações mensais no valor, com aferição mensal de dados na gestão do link INTRAGOV.

O CAE solicitou detalhamento quanto aos 2 (dois) contratos firmados com a PRODESP. O Sr. Tubertini expôs que são dois contratos – data center no valor de R\$1.100.000,00 mensais e apoio e desenvolvimento de software no valor de R\$150.000,00 mensais – e que a divisão aconteceu porque em 2011 houve questionamento do Tribunal de Contas, ocorrendo a divisão por recomendação do TCE.

O CAE solicitou informações adicionais dos contratos com a PRODESP, incluindo a descrição dos serviços prestados, e complementa que o Comitê, pela Lei 13.303 deve atentar para as transações com partes relacionadas, analisando sua aderência às diretrizes legais. Por exemplo, há uma preocupação em assegurar que não haja serviço similar no mercado ofertado a preço menor que aquele pago pela CPTM.

O Sr. Nilson esclareceu que as contratações se balizam no princípio da vantajosidade, do Direito Administrativo. A avaliação de mercado dita a contratação, prevalecendo o melhor serviço e menor preço. Se compromete a encaminhar cópias dos contratos e parecer da GRC (Gerência de Custos Referenciais) com correspondente RAV -Relatório de Análise e Valoração dos mesmos. Acrescentou que o COETIC verifica se a PRODESP foi consultada para as contratações de TI, e, muitas vezes, a PRODESP declina. Reforça que sempre deve ser solicitado orçamento a PRODESP. A GRI da CPTM analisa se a conduta é dirigida pela vantajosidade, mesmo com a PRODESP tendo a preferência na contratação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'M' and several smaller initials like 'EJ.', 'of', and a circled 'P'.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE elogiou a apresentação e os trabalhos da equipe. Em relação à LGPD, o CAE reforçou sua preocupação quanto ao atendimento efetivo às diretrizes da Lei até agosto de 2021. Solicitou, neste sentido, maior detalhamento do plano, contendo o indicativo do percentual do plano já completado, bem como das etapas restantes. Alertou que há áreas próximas ao plano que não o conhecem por inteiro e vislumbram setores deficitários na implantação. Recomendou, ainda, o CAE que haja uma maior aproximação com a GRI de modo a explicitar e endereçar os riscos cibernéticos, transações com partes relacionadas (PRODESP) e LGPD.

3.4.2 Política de Recursos Humanos

- Ivan Aparecido de Souza Moreno – GFH

Documentos disponibilizados:

- Política de RH

Foi solicitada a dispensa da apresentação dos Recursos Humanos em virtude do adiantado da hora e considerável atraso na pauta.

O CAE pediu que os assuntos que sejam abordados na próxima reunião.

4 – Analisar passivo atuarial – REFER

- Panorama Geral - REFER

- Ana Paula Oriola de Raeffray
- Ivan Aparecido de Souza Moreno – GFH
- Maria Regina Scurachio Sales de Alvarenga - GRJ

- Cálculo atuarial - REFER

- Ana Paula Oriola de Raeffray
- Ivan Aparecido de Souza Moreno – GFH
- Maria Regina Scurachio Sales de Alvarenga – GRJ
- Marlí Cândido Dutra – DFSC

Documentos disponibilizados:

- Apresentação REFER CAE - Junho 2021

Apresentação REFER

A Dra. Ana Paula Oriola de Raeffray (escritório externo contratado) iniciou os trabalhos informando que a REFER é uma Previdência Privada Complementar, plano de rendimento definido, na qual a CPTM é patrocinadora, tendo em vista que com a cisão da CBTU houve sucessão pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Acrescentou que, em que pese a CPTM não ter a intenção de patrocinar o plano, que apresentava dívidas oriundas de contribuições a menor realizadas pela CBTU, em virtude de ação judicial acabou sendo reconhecida como sucessora. Em função de uma confissão de dívida firmada em 2000 entre a CBTU e a REFER, havia diversos planos que carregavam essa dívida. A REFER acionou a CPTM, houve longa negociação que durou anos, e nunca foi honrada sequer uma parcela dos acordos realizados judicialmente. Atualmente a União firmou acordo para pagamento da dívida. A dívida não honrada pela CBTU no Rio de Janeiro – REFER contra a CBTU foi objeto de acordo com assunção da mesma pela União. Para assumir o débito e firmar o acordo a União estabeleceu que não pagaria todo o valor do débito que se aproximava de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)






O CAE solicitou esclarecimentos adicionais sobre o número de participantes do plano e montantes envolvidos. Dra. Ana Paula informou que, em 2020, temos o seguinte cenário no tocante a Previdência Privada Complementar da REFER: são 387 (trezentos e oitenta e sete) trabalhadores na ativa com benefício definido e 1518 (mil quinhentos e dezoito) aposentados assistidos. Os aposentados assistidos têm uma aposentadoria média de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) e benefício de R\$ 2.165,00 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais).

O Sr. Lourival Beneton atentou para o fato de que no comparativo dos anos 2019/2020, o tempo médio para que os funcionários/participantes ativos se aposentem diminuiu, de modo que todos se encontram próximos da aposentadoria, o que caracteriza um plano em extinção. Em 2020, o débito era de R\$ 530.000.000,00 (quinhentos e trinta milhões de reais), sendo grande parte do valor considerado perda. Há R\$ 867.000.000 (oitocentos e sessenta e sete mil reais) em benefícios concedidos e R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil) em benefícios a conceder. Informou que foram realizados estudos da dívida pela Ernest & Young para a apuração correta das dívidas dos planos, oriunda de confissão de dívida judicial (multas, mora, correções pela Tabela do Tribunal de Justiça), o que confirmou os valores e demonstrou o ponto de equilíbrio técnico para um acordo no valor de R\$ 727.784,00 (setecentos e vinte e sete milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais). Explicou, ainda, que a CPTM acompanhou todos os tramites da composição e que serão pagas 204 (duzentas e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas pelo sistema PRICE de amortização, com 6 % (seis por cento) de juros ao ano (0,9222 ao mês).

O CAE perguntou se foi avaliada a possibilidade de fechamento do plano para impedir novos entrantes. Esclareceu Sr. Lourival que se trata de um plano maduro, praticamente em extinção. Considerando que para que ocorram novas inscrições/ aderências se faz necessário o pagamento de joia em alto valor, o caminho natural é o fechamento formal para novas adesões. Para impedir novos ingressos e o riscos de desequilíbrio, e eventual continuidade das atividades, a Lei 109/2001 em seu artigo 76 preceitua "que as entidades fechadas após prestarem os serviços aos seus participantes e assistidos poderão continuar a fazê-lo, desde que se estabeleça custo específico para os planos assistenciais e que a sua contabilização e o seu patrimônio sejam mantidos em separado em relação ao plano previdenciário". Na prática, as mesmas não ocorrem mais em virtude dos altos custos descritos. O fechamento limita a responsabilidade da CPTM porque havendo liquidação a empresa se exime de responsabilidades. O Plano será submetido a PREVI que levará a efeito sua extinção.

O CAE questionou se foram tomadas providências para que os funcionários pudessem migrar para outra previdência ou plano. O Sr. Lourival esclareceu que, como não foi honrada a dívida pela CBTU, o déficit não foi solucionado, o que impediu a migração de funcionários da CBTU para outra Previdência. Foi um plano herdado/recepcionado pela cisão, sendo "fechado" aos funcionários da CBTU, mas que, após a extinção definitiva do REFER será possível oferecer aos funcionários da CPTM uma nova Previdência Acrescentou que, caso se acelere o fechamento, os valores seriam aqueles anteriores ao PDI, e seriam tomadas providencias junto a PREVI.

O CAE perguntou sobre os riscos de não pagamento da dívida pela União. Foi esclarecido que a REFER teve uma gestão questionável e controversa, eivada de investimentos fraudulentos e que, na condução do acordo de pagamento a União condicionou o pagamento da dívida nos termos mencionados a desistência da ação proposta – ação de cobrança por gestão fraudulenta e garantia da dívida – em que a CPTM figurava como assistente. Foi homologada a desistência, porém não houve julgamento do mérito. Atualmente a dívida está reconhecida no orçamento da União, no

8

entanto, há possível risco de descumprimento, em virtude de se tratar débito longo, dividido em diversas parcelas.

O CAE indagou se há participação da CPTM e funcionários na gestão do plano REFER. O Sr. Lourival informou que a representação no Conselho Deliberativo na REFER se dá por número de representantes. Assim, nem no Conselho de Administração, nem no Conselho Deliberativo ou Fiscal há representatividade por parte dos funcionários da CPTM. Em 2019, a Diretoria da CPTM, através de seu Conselho de Administração realizou um estudo interno e ficou consignada a submissão da matéria ao CODEC. Atualmente, o acompanhamento da situação se dá assiduamente, pela CPTM que verifica a situação jurídica e atuarial da REFER.

Comentários e Sugestões do CAE


O CAE agradeceu os esclarecimentos da equipe interna da CPTM, bem como da assessora externa, solicitando o retorno com informações atualizadas sobre os pagamentos, fechamento do REFER e constituição de novo plano de previdência aos funcionários da CPTM.


O CAE solicitou manifestação do Jurídico para esclarecimentos quanto à eventuais ações ajuizadas com relação a adesão de novos membros, cobranças, questionamentos, bem como pelo fato de não serem todos contemplados pelo plano. REFER.


4 - Pendências:

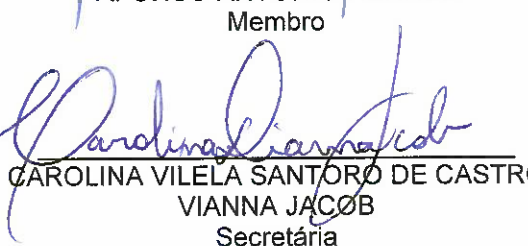
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Abordagem pela GRI sobre os resultados da Carta de Controles Internos (Auditoria Independente)	GRI
Plano detalhado para monitoração da política de riscos da CPTM - com posição e data de entrega	GRI
Detalhamento dos procedimentos para análise de transações com partes relacionadas	GRI
Plano de ação e cronograma da implantação da LGPD e mapeamento de risco	Olivia - DPO
PRODESP - Cópias dos contratos e parecer da GRC (Gerencia de Custos Referenciais) com correspondente RAV -Relatório de Análise e Valoração dos mesmos.	GFI
REFER - Existência de eventuais ações ajuizadas com relação a adesão de novos membros	Gerência Jurídica

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora


AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro


SILVERIO CRESTANA
Membro


CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO
VIANNA JACOB
Secretária